

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Aprovação das atas da CEC de 2, 8 e 15 de maio e da Mesa e Coordenadores de 3 de maio

3. Comunicações do Presidente

4. Audição do Ministro da Educação, por requerimento do PCP e do BE, sobre questões relativas aos trabalhadores da Escola Pública, incluindo os concursos de docentes – após o Plenário

5. Discussão e votação na especialidade da seguinte iniciativa legislativa

- [Projeto de Lei n.º 813/XIII/3.ª \(PCP\)](#) - Requalificação e construção de residências universitárias.

6. Discussão de Projetos de Resolução

Discussão conjunta

- [Projeto de Resolução n.º 1421/XIII/3.ª \(PCP\)](#) - Recomenda ao Governo medidas urgentes para a requalificação da Escola Básica e Secundária de Rebordosa (Paredes)
- [Projeto de Resolução n.º 1451/XIII/3.ª \(BE\)](#) – Em defesa da Escola Secundária de Rebordosa, no concelho de Paredes
- [Projeto de Resolução n.º 1547/XIII/3.ª \(PSD\)](#) Requalificação da Escola Básica e Secundária de Rebordosa
- [Projeto de Resolução n.º 1569/XIII/3.ª \(CDS-PP\)](#) – Recomenda ao Governo que tome as medidas necessárias para a urgente requalificação e reabilitação da Escola Básica e Secundária de Rebordosa

7. Discussão e votação de requerimento do Grupo Parlamentar do BE para audição do Presidente da Comissão Coordenadora do Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na Administração Pública e no setor empresarial do Estado e dos Presidentes das Comissões de Avaliação Bipartida dos Ministérios da Educação e da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

8. Apreciação e votação do relatório final da [Petição n.º 360/XIII/2.ª](#), Solicitam a adoção de medidas contra o encerramento do Colégio de Torre D. Chama

- Deputada relatora: Maria Manuela Tender (PSD)

9. Outros Assuntos

10. Data da próxima reunião

- 29 de maio, 11h

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

Foi aprovada a proposta de Ordem do Dia por unanimidade dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP, sem prejuízo de ter sido consensualizado o adiamento da discussão de todos os pontos da ordem do dia, excetuando a respeitante à audição do Ministro.

2. Aprovação das atas da CEC de 2, 8 e 15 de maio e da Mesa e Coordenadores de 3 de maio

Adiado.

3. Comunicações do Presidente

Adiado.

4. Audição do Ministro da Educação, por requerimento do PCP e do BE, sobre questões relativas aos trabalhadores da Escola Pública, incluindo os concursos de docentes – após o Plenário

O Senhor Presidente deu as boas vindas ao Senhor Ministro da Educação, Tiago Brandão Rodrigues, à Senhora Secretária de Estado Adjunta e da Educação, Alexandra Leitão, e ao Senhor Secretário de Estado da Educação, João Costa, e informou a grelha de tempos disponíveis para a presente audição com base em requerimentos do PCP e do BE.

Assim, e numa primeira ronda, foi dada a palavra à Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP) que de expôs o requerimento apresentado pelo seu Grupo Parlamentar para esta audição, focando como problemas principais dos trabalhadores da escola pública: a que devem ser dadas respostas, os seguintes: a necessidade de efetiva aplicação do artigo 19.º da Lei do Orçamento do Estado, relativo à contagem do tempo de serviço; o concurso externo extraordinário que tem revelado contradições e que tem sido objeto de duras críticas; a necessidade de alterar a portaria dos rácios dos auxiliares de ação educativa que ainda não dá responsável cabal às necessidades permanentes das escolas; e ainda as questões relativas aos Técnicos Especializados, que continuam sem ver a sua situação devidamente regularizada.

Já a Senhora Deputada Joana Mortágua (BE) referiu que o requerimento do seu Grupo Parlamentar se ficou a dever à dúvida gerada pela publicação de vários documentos contraditórios por parte do Ministério da Educação. Solicitou, assim, esclarecimentos quanto à contabilização do tempo de serviço dos professores das Atividades de Enriquecimento Curricular, não obstante a nota informativa que saiu hoje e que, aparentemente, esclareceu esta situação; a fusão do concurso ordinário e extraordinário; as apreciações parlamentares do Decreto-Lei n.º 15/2018, de 7 de março, e o pedido de fiscalização sucessiva abstrato pedido pelo Primeiro Ministro no seguimento da publicação da Lei n.º 17/2018, de 19 de abril,

resultante do processo de apreciação parlamentar; a questão das alterações das regras concursais sem qualquer informação aos candidatos, ainda que se tratem de regras não escritas; e a questão do reposicionamento dos docentes que vincularam depois da Portaria de 2011 e que, em virtude dos descongelamentos, foram ultrapassados nas suas carreiras.

O Senhor Ministro da Educação respondeu isoladamente a cada uma das intervenções, tendo os seus esclarecimentos sido complementados, no que respeita à resposta da Senhora Deputada Joana Mortágua (BE) pela Senhora Secretária de Estado Adjunta e da Educação.

O Senhor Deputado Pedro Alves (PSD) referiu que pretende que o Senhor Ministro preste uma resposta cabal às dezenas de milhares de professores, e que assuma que o processual contratual de 2018 está envolto numa grande confusão. Mais, que reconheça a falta de assistentes operacionais nas escolas, uma vez que não está a ser assegurado o rácio da portaria.

Referiu que o Ministério tem lançado campanhas que colocam professores contra professores, sendo a expressão utilizada pelo Ministro de “diálogo com os parceiros” um vazio.

Prosseguiu, questionando, nomeadamente, se o Senhor Ministro iria assegurar o cumprimento da Resolução da Assembleia da República de 15 de dezembro; se assumia que o aviso do concurso extraordinário violava norma constitucional; se assumia que as regras devem ser transparentes, gerais e abstratas e que hoje são opacas; e se garante tranquilidade para o próximo ano letivo.

O Senhor Deputado Porfírio Silva (PS) aludiu a uma frase proferida pelo Senhor Deputado Jerónimo de Sousa (PCP) no debate quinzenal, que se reportava ao facto de não acompanhar o discurso dos Grupos Parlamentares do PSD e do CDS-PP quando dizem que estamos pior, lembrando que “Roma não se fez num dia”. De seguida, reportou-se a questões de precariedade laboral, e às vinculações extraordinárias, evidenciando que o seu Grupo Parlamentar está virado para o futuro e para a melhoria contínua. Abordou, depois, o facto de as regras do recrutamento, como todos reconhecem, são uma manta de retalhos, e que é de facto preciso pensar todo o modelo de recrutamento da escola pública. Terminou, expondo que o seu Grupo Parlamentar irá apresentar um pedido de estudo ao Conselho Nacional de Educação que permita identificar os parâmetros de recrutamento que permita que a escola pública cumpra com o seu papel.

A Senhora Deputada Ilda Araújo Novo (CDS-PP) começou por referir que este governo tem pautado o seu discurso pela defesa da estabilidade da escola pública, mas em boa verdade, e na opinião do seu Grupo Parlamentar, os factos passados e recentes dizem exatamente o contrário. Sublinhou, depois, a atitude construtiva do seu Grupo Parlamentar, evidenciando o facto de todas as suas chamadas de atenção terem caído em saco roto. Colocou, por fim, duas questões concretas, a primeira relacionada com a obtenção de resposta para o destino dos 9 anos e 4 meses de tempo de serviço efetivamente prestado pelos professores; e a segunda com os concursos, questionando qual a prevalência dos seguintes documentos: aviso de abertura, manual de validação e nota informativa, uma vez que em virtude da fusão dos concursos ordinário e extraordinário foi possibilitado aos professores de escolas com contrato de associação concorrerem na 2.ª prioridade e poderem vincular de forma extraordinária, todavia, e aparentemente, por solicitação do BE, depreende o seu Grupo Parlamentar, face ao requerimento desta audição, surge uma alteração, através de uma nota informativa, que remete o concurso extraordinário em exclusivo para os docentes com contrato de trabalho nas escolas públicas. Sublinhou que para o Grupo Parlamentar do CDSP-PP é impensável que uma nota

informativa se possa sobrepor a um aviso de abertura publicado em diário da república, alertando para o facto de isto poder ocasionar uma evidente discricionariedade das direções das escolas que poderão seguir ora plasmado na nota informativa, ora o previsto no aviso. Referiu, depois, que quanto aos professores das AEC e contagem do tempo de serviço para efeitos de posicionamento na 2.ª prioridade, o manual veio também alterar o disposto no aviso da abertura. E que aqui o BE se pronunciou contra. Pelo que concluiu questionado se o manual não se pode sobrepor ao aviso de abertura, pode uma nota informativa sobrepor-se ao referido aviso.

O Senhor Ministro respondeu, de forma isolada, a cada uma das intervenções das Senhoras e os Senhores Deputados, tendo os seus esclarecimentos sido complementados com a intervenção da Senhora Secretária de Estado Adjunta e da Educação.

Na primeira parte da segunda ronda intervieram as Senhoras e os Senhores Deputados Duarte Marques (PSD), Maria Augusta Santos (PS), Joana Mortágua (BE), Ana Rita Bessa (CDS-PP) e Ana Mesquita (PCP), tendo o Senhor Ministro respondido ao conjunto das intervenções, com a intervenção da Senhora Secretária de Estado Adjunta e da Educação.

Já na segunda parte da segunda ronda intervieram os Senhores e as Senhoras Deputadas Manuela Tender (PSD), Ana Sofia Bettencourt (PSD), Porfírio Silva (PS), Germana Rocha (PSD) e Álvaro Batista (PSD), tendo o Senhor Ministro respondido ao conjunto das intervenções, e a Senhora Secretária de Estado Adjunta e da Educação, complementado as respostas em questão.

Durante esta segunda parte da segunda ronda foi solicitado pela Senhora Deputada Ana Sofia Bettencourt (PSD) a distribuição aos Senhores Deputados da Comissão, pela Mesa, do [Memorando de Entendimento](#), tendo o Senhor Deputado Porfírio Silva (PS) solicitado, em resposta a distribuição de [notícia do jornal público de 3 de maio de 2011](#), com o título “Eduardo Catroga: “Negociação foi essencialmente influenciada pelo” PSD, ao que a Senhora Deputada Ana Sofia Bettencourt (PSD) retorquiu, solicitando que a mesa distribuísse as inúmeras notícias contemporâneas daquela das quais resultava o apelo pelo PSD à subscrição do acordo pelos Partidos do Arco da Governação.

O Senhor Presidente solicitou que fosse entregues na mesa os documentos em questão, com vista à distribuição pelos Senhores Deputados da Comissão.

A audição foi gravada em [vídeo](#) e transmitida pelo Canal Parlamento, constituindo a gravação parte integrante desta ata, o que dispensa o seu desenvolvimento nesta sede.

5. Discussão e votação na especialidade da seguinte iniciativa legislativa

- [Projeto de Lei n.º 813/XIII/3.ª \(PCP\)](#) - Requalificação e construção de residências universitárias.
- Adiado.

6. Discussão de Projetos de Resolução

Adiada a discussão conjunta dos [Projetos de Resolução n.º 1421/XIII/3.ª \(PCP\)](#) - Recomenda ao Governo medidas urgentes para a requalificação da Escola Básica e Secundária de Rebordosa (Paredes), [n.º 1451/XIII/3.ª \(BE\)](#) – Em defesa da Escola Secundária de Rebordosa, no concelho

de Paredes, [n.º 1547/XIII/3.ª \(PSD\)](#) Requalificação da Escola Básica e Secundária de Rebordosa, e [n.º 1569/XIII/3.ª \(CDS-PP\)](#) – Recomenda ao Governo que tome as medidas necessárias para a urgente requalificação e reabilitação da Escola Básica e Secundária de Rebordosa.

7. Discussão e votação de requerimento do Grupo Parlamentar do BE para audição do Presidente da Comissão Coordenadora do Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na Administração Pública e no setor empresarial do Estado e dos Presidentes das Comissões de Avaliação Bipartida dos Ministérios da Educação e da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

Adiado.

8. Apreciação e votação do relatório final da [Petição n.º 360/XIII/2.ª](#), Solicitam a adoção de medidas contra o encerramento do Colégio de Torre D. Chama

Adiado.

9. Outros Assuntos

10. Data da próxima reunião

- 29 de maio, 11horas.

A reunião foi encerrada às 20:00 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 23 de maio de 2018

O PRESIDENTE DA COMISSÃO



(Alexandre Quintanilha)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alexandre Quintanilha
Álvaro Batista
Ana Mesquita
Ana Rita Bessa
Ana Sofia Bettencourt
Ilda Araújo Novo
Ivan Gonçalves
Joana Mortágua
Laura Monteiro Magalhães
Lúcia Araújo Silva
Luís Monteiro
Margarida Mano
Maria Augusta Santos
Maria Germana Rocha
Maria Manuela Tender
Pedro Alves
Pedro Pimpão
Porfírio Silva
Sandra Pontedeira
Susana Amador
Carlos Abreu Amorim
Palmira Maciel

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

André Pinotes Batista
Diogo Leão

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Nilza de Sena